



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 11 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 1 DE JUNHO DE 2018.**

Ao um dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 6/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 6/2018; -----
2. Proc. N.º MB - 15/2017: "Requalificação Urbana do Centro de Salvador" – Autorização para celebração de 2.º contrato adicional à empreitada; -----
3. Aprovação da minuta do contrato adicional à empreitada "Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor"; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Etnireferences; -----
5. Atribuição de Apoio Financeiro ao Rancho Folclórico de Penamacor; -----
6. Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Desportiva Penamacorense; ----
7. Minuta de Protocolo de Cooperação com a Administração Regional de Saúde do Centro, IP; -----
8. Autorização de abertura de procedimento e da despesa inerente à aquisição de serviços para a abertura de Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), em áreas não prioritárias em 140,52km; -----
9. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 16 de maio do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão perguntou ao senhor presidente se a autarquia comprou o terreno por baixo da “Estalagem Vila Rica” e o imóvel do “Antigo Celeiro”, e qual o objetivo dessas aquisições. -----

O Sr. Presidente António Soares confirmou as aquisições por parte do município. No respeitante ao terreno por baixo da “Vila Rica” informou ter como objetivo a questão habitacional. Sobre o “Antigo Celeiro” disse estar prevista a instalação de um Centro Tecnológico. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 6/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 6/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 21 de maio de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROC. N.º MB – 15/2017: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR” – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO 2.º CONTRATO ADICIONAL À EMPREITADA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a celebração do 2.º adicional da empreitada “Requalificação Urbana do Centro do Salvador”. -----

O Valor estimado da despesa é de € 23 747,92 resultante de trabalhos a mais cuja espécie ou quantidade não estava prevista no contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante de € 1 424,88, a que corresponde um valor global de despesa de € 25 172,80. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Informação n.º 86/2018, de 9/mai./2018, acompanhada da respetiva Ficha do Compromisso. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Autorização para realização de despesa cujo preço contratual será de € 23 747,92; -----

Autorização para notificar o adjudicatário para a realização dos trabalhos e prestação de caução no valor de € 1 187,40 (5% do preço contratual); -----

Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do 2.º contrato adicional para aprovação. -----

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL À EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por deliberação da Câmara Municipal de 7 de maio do corrente ano de 2018 foi autorizada a realização de trabalhos de correção de erros e omissões e de trabalhos a mais, bem como a celebração de adicional à empreitada designada por “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor” adjudicada à sociedade José António Parente, Lda. e cujo contrato foi outorgado em 22 de setembro de 2017. -----

Foi ainda autorizada a realização da respetiva despesa, no valor de 31.243,16 Euros acrescidos de IVA. O somatório do preço contratual com o preço de trabalhos a mais e de correção de erros e omissões deduzido do preço dos trabalhos a menos conforme dispõe o nº 2 do artigo 379º do CCP, é de € 445.447,68. -----

A adjudicatária prestou caução através de seguro caução, apólice n.º 0080.10.005470 - Ágeas Seguros, sendo o capital seguro de € 1.562,16 (5% do preço contratual). -----

Assim, tendo em conta o valor global da empreitada, a competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho para autorizar a respetiva despesa, e o disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do qual a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, -----

PROPÕE-SE QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do contrato adicional à empreitada designada por “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”, anexa à presente proposta e cuja autorização para a celebração e realização da despesa foi já objeto de deliberação anterior, com vista à sua

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

notificação à sociedade adjudicatária, uma vez que se mostram cumpridos todos os requisitos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ETNIREFERENCES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Face ao crescente número de cidadãos estrangeiros oriundos de vários países que se têm fixado no território do concelho de Penamacor, importa promover medidas que facilitem a sua integração. Neste contexto, mostra-se importante facilitar a aprendizagem da língua portuguesa e da cultura local. -----

Para que seja possível proporcionar aulas de português a cidadãos de outras nacionalidades residentes na área do Município de Penamacor, veio a Associação Etnireferences - Associação solicitar a atribuição, entre outros, de apoio financeiro. Assim, dadas as atribuições dos municípios nos domínios da educação e ensino e da cultura, nos termos das alíneas d) e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à Associação Etnireferences- Associação um apoio financeiro no valor € 3.000,00 (Três mil euros). -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor encontra-se a organizar a 12ª edição do Encontro de Música Tradicional de Penamacor a realizar no próximo dia 10 de junho, evento de interesse cultural que contará com cerca de 170 participantes oriundos de grupos folclóricos de várias regiões do país. Com esta iniciativa vai o Rancho mais uma vez promover a dinamização da vila, mobilizando não apenas os residentes em Penamacor mas também nas restantes freguesias do concelho e sobretudo atraindo visitantes de outros lugares. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor tem ainda previsto no seu plano de atividades a participação em inúmeros eventos e iniciativas, muitas das quais implicam deslocações em representação do Município e para divulgação do seu folclore, usos e costumes. -----

Assim, propõe-se que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir ao Rancho Folclórico de Penamacor um apoio financeiro no valor de € 4.000,00 (Quatro mil euros), para apoiar a sua participação em atividades de natureza cultural ou recreativa, dentro ou fora da área do Município, designadamente para fazer face às despesas de deslocação, pagamento de ensaios e atuações ao acordeonista e encargos com o Encontro anual de Música Tradicional. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)". -----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PENAMACORENSE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Constitui atribuição dos municípios promover e salvaguardar os interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas. São, designadamente, assacadas aos municípios atribuições em matéria de tempos livres e desporto, conforme dispõe a alínea f) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. --
Neste contexto proponho que, para apoio à realização das atividades de comemoração dos 40 anos da ADEP e ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à ADEP – Associação Desportiva Penamacorense, um apoio financeiro no valor de 15.000,00 euros. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)". -----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando as atribuições dos municípios em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetiva populações, designadamente na área da saúde, conforme a alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando as competências atribuídas à câmara municipal pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de apoio a atividades que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; -----

Considerando a definição e implementação pelo Governo de uma Estratégia Integrada para Promoção da Alimentação Saudável aprovada pelo Despacho n.º 11418/2017, de 29 de dezembro e a constituição de uma Comissão Intersectorial para a Promoção da Atividade Física, com o objetivo de elaborar, operacionalizar e monitorizar o Plano de Ação Nacional para a Atividade Física, através do despacho n.º 3632/2017, de 28 de abril; -----

Proponho à Câmara Municipal: -----

1 - Que delibere aprovar a celebração com a Direção-Geral de Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro, IP, do Protocolo de Cooperação cuja minuta se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, para operacionalização ao nível municipal da Estratégia Integrada para Promoção da Alimentação Saudável e da Promoção da Atividade Física. -----

2 – Que delibere autorizar a participação financeira nas despesas decorrentes da logística e implementação de alguns projetos, nos termos da cláusula sexta da minuta do Protocolo, e após o respetivo cabimento e compromisso em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março) ”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

8 – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO E DA DESPESA INERENTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ABERTURA DE FAIXAS DE INTERRUÇÃO DE COMBUSTÍVEL (FIC) NA REDE PRIMÁRIA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (DFCI), EM ÁREAS NÃO PRIORITÁRIAS EM 140,52KM. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando a necessidade de aquisição de serviços para “Abertura de Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), em áreas não prioritárias” em 140,52 km, conforme procedimento concursal n.º 06/0128/2018 do Fundo Florestal Permanente, com o fundamento na promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos, atribuição constante na alínea c) do Artigo 2º da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, aliada às atribuições do município na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente no domínio da Proteção Civil, de acordo com o constante no Artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Atendendo a que o preço base do procedimento, enquanto montante máximo a pagar pela prestação dos serviços será de €210 780 (acrescido de IVA), fixado e tendo por referência os valores máximos elegíveis constantes nos termos e condições aplicáveis ao procedimento concursal n.º 06/0128/2018 do Fundo Florestal Permanente, e cujos encargos têm cabimento no orçamento do corrente ano sob a classificação 02/07030308 - Viação Rural, onde existe verba disponível; -----

Ao abrigo da competência que lhe está atribuída pela alínea b) do nº 1 do Artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho em conjugação com o disposto no nº 1 do Artigo 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, propõe-se à

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Câmara Municipal a abertura de procedimento e autorização da correspondente despesa. -----

Assim: -----

1. Objeto do contrato: consiste na abertura de Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), em áreas não prioritárias, em 140,52 km, de acordo com o especificado no anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 06/0128/2018 do Fundo Florestal Permanente. -----

2. Procedimento: -----

É adotado o procedimento de concurso público, nos termos previstos da alínea b) do número 1 do Artigo 20.º do CCP atualizado e de acordo com o constante no n.º 2 do Artigo 46º-A do CCP atualizado, a adjudicação será feita por lotes. --

3. Critério de adjudicação: -----

Nos termos da alínea b) d n.º 1 do Artigo 74º do CCP atualizado, a adjudicação de cada lote será feita à proposta economicamente mais vantajosa na modalidade em que o preço ou custo será o único aspeto da execução a considerar para avaliação das propostas, na medida em que o caderno de encargos define todos os restantes elementos. -----

4. Designação do Júri: -----

Nos termos dos Artigos 67.º a 69.º do CCP atual, indicam-se os seguintes elementos para a composição do júri do procedimento: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Raquel da Conceição Oliveira Marques, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

2º Suplente: Pedro Miguel Lopes de Carvalho Agapito, Assistente Técnico. -----

5. Preço Base: -----

Pela execução das prestações objeto do contrato a celebrar e em resultado da proposta adjudicada, será pago o preço até ao montante máximo por lote, conforme indicado no quadro seguinte, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

| LOTES | QUANTIDADES | | PREÇO BASE/LOTE (€) |
|-------|-------------|--------|------------------------|
| | km | ha | |
| 1 | 65 | 130 | 97 500 |
| 2 | 75,52 | 151,04 | 113 280 |

O preço base foi fixado tomando como referência os valores máximos elegíveis constantes nos termos e condições aplicáveis ao procedimento concursal n.º 06/0128/2018 do Fundo Florestal Permanente. -----

6. Preço Anormalmente Baixo: -----

Para efeitos do presente procedimento será tido como anormalmente baixo, o preço que seja 25% ou mais inferior à média dos preços das propostas a admitir, nos termos do Artigo 71º do CCP atualizado. -----

7. Caução: -----

O valor da caução é de 5% do preço contratual, de acordo com o disposto no N.º 1 do Artigo 89º do CCP atualizado. -----

8. Contrato: -----

O contrato será reduzido a escrito, em suporte papel, nos termos do n.º 1 do Artigo 94.º do CCP atualizado. -----

9. Gestor do Contrato: -----

Para acompanhar a execução do contrato e exercer as funções referidas no Artigo 290.º-A do CCP atualizado, indica-se a trabalhadora Raquel da Conceição Oliveira Marques. -----

Para efeitos do n.º 2 do Artigo 40.º do CCP atualizado, propõe-se para aprovação a minuta do anúncio, o programa do procedimento e o caderno de encargos, anexos à presente proposta. -----

Mais se propõe que, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do Artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada em minuta a presente deliberação para que seja desde logo eficaz". -----

-

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

9 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 3.549.550,69 euro e uma despesa também acumulada de 2.635.049,41 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e cinquenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares